



CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DO CARGO DE SECRETÁRIO AUXILIAR
DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA DA COMARCA DE PADRE BERNARDO

CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES:

1. LEIA SOMENTE ESTA FOLHA DE INSTRUÇÕES. Leia as demais folhas deste caderno somente após a autorização do fiscal para o início da prova.
2. Você receberá do fiscal:
 - a) 01 (um) caderno de questões;
 - b) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova objetiva;
 - c) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova discursiva;
 - d) 01 (uma) folha de respostas destinada à prova de redação.
3. O caderno de questões contém:
 - a) 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha, com 04 (quatro) alternativas de resposta cada uma e apenas uma alternativa correta;
 - b) 01 (uma) prova discursiva com 02 (duas) questões;
 - c) 01 (uma) proposta de redação.
4. **SOMENTE APÓS O INÍCIO DA PROVA:** verifique se a numeração das questões e a paginação do caderno de questões estão corretas. Você dispõe de 05 (cinco) horas para fazer as provas, devendo controlar o tempo, pois não haverá prorrogação desse prazo. Esse tempo inclui a marcação da folha de respostas da prova objetiva e o preenchimento das folhas de respostas da prova discursiva e de redação.
5. Deixe sobre a carteira apenas a caneta esferográfica de tinta preta ou azul, fabricada em material transparente. Não será permitida a utilização de lápis em nenhuma etapa da prova.
6. Não é permitida a utilização de qualquer aparelho eletrônico de comunicação.
7. Você poderá sair e retornar à sala de aplicação de provas somente na companhia de um fiscal.
8. Somente após 01 (uma) hora do início da prova você poderá entregar as folhas de resposta e retirar-se da sala.
9. Somente após 03 (três) horas do início da prova será permitido levar este caderno de provas.
10. As folhas de respostas não podem ser dobradas, amassadas, rasuradas ou manchadas e nem podem conter nenhum registro fora dos locais destinados às respostas.
11. Após o término da prova, entregue ao fiscal as folhas de respostas assinando somente a referente à prova objetiva. As demais não devem conter assinatura ou qualquer sinal de identificação.

LÍNGUA PORTUGUESA

10 Questões

Questão 01

Analise as assertivas abaixo:

- I) Diga-me por que você não compareceu à reunião.
- II) Partiste por quê?
- III) Faço votos porque seja feliz.
- IV) O porquê do fato não nos interessa.

De acordo com as regras de uso da língua portuguesa, quais assertivas estão escritas corretamente?

- a) Apenas I, II e IV.
- b) Apenas II e III.
- c) Apenas I, II e III.
- d) Todas as assertivas estão corretas.

Questão 02

Assinale a alternativa em que houve o emprego de expressão da língua portuguesa de forma incorreta:

- a) O acusado, se não comparecer, será considerado revel.
- b) Confessa, se não serás condenado sem atenuação da pena.
- c) João não compareceu à sessão eleitoral para votar, tampouco se justificou.
- d) O processo foi remetido ao Ministério Público com vistas à elaboração de parecer.

Questão 03

Com base nas regras de emprego de crase, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

- I – Não assisto à filmes de guerra ou de violência.
- II – Fomos à São Lourenço, onde passeamos a pé, à cavalo, de charrete.
- III – Os garimpeiros assistiam à cena em silêncio, entreolhando-se à luz das candeias.
- IV – Avançamos rente à parede.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens I, II e III estão corretos.
- d) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.

Questão 04

Assinale a alternativa em que nem todas as palavras estão escritas de forma correta:

- a) pechincha – tocha - chávina
- b) xeque – cocho – buxo
- c) bucho – coxo – cheque
- d) suçção – facção - arrocheado

Para responder às questões 05 e 06, considere o texto a seguir:

A função social da escola

Todos nos desenvolvemos em diferentes contextos educativos, e a escola é apenas um deles. Assim como sucede atualmente em muitas culturas, na nossa também não existia escola até um momento histórico bastante recente. Diante da falta das instituições de educação formal, a tarefa de fazer com que os novos membros façam parte do grupo social correspondente, desenvolvendo neles as capacidades próprias de sua cultura, é garantida mediante outro tipo de práticas sociais, fundamentalmente aquelas que se desenvolvem no contexto da família e dos grupos de pares, e mediante a progressiva incorporação das crianças e dos jovens às atividades produtivas dos adultos. Nesses casos, a socialização e o desenvolvimento individual dos membros das novas gerações se tornam possíveis graças à sua participação nas atividades e práticas sociais que ocorrem em tais contextos de desenvolvimento (Solé, 1998).

Nas sociedades modernas, o aumento do conhecimento e da especialização exige novas aprendizagens cuja aquisição não pode ser garantida mediante a participação desses tipos de práticas e de atividades, mas requer uma ajuda intencional, planejada e sistemática. A institucionalização da educação escolar no decorrer do século XIX, assim como sua universalização e ampliação progressiva durante o século XX são justificadas pelo fato de que tal ajuda é decisiva para que crianças e jovens possam adquirir e desenvolver determinadas capacidades consideradas fundamentais no grupo social do qual fazem parte. Embora seja evidente que, objetivamente, a instituição escolar desempenha muitas outras funções – transmissão da cultura, construção da identidade nacional, reprodução da ordem social, formação da mão de obra de acordo com as exigências do mercado de trabalho etc. – a existência da educação escolar, especialmente, em seus níveis básicos e obrigatórios, só se legitima plenamente mediante sua indispensável função de contribuir para que as crianças e os jovens adquiram e desenvolvam as competências necessárias para se incorporarem como membros de pleno direito à sociedade à qual pertencem.

Desse ponto de vista, a escola é uma instituição utilizada pela sociedade para oferecer aos membros das novas gerações as experiências de aprendizagem que lhes permitam se incorporar ativa e criticamente a ela. A importância de sua função justifica que a escolarização seja considerada um direito de qualquer cidadão, e seu descumprimento represente um ataque à igualdade de oportunidades (Puelles, 1996). A escola assim entendida é um dos recursos educativos que os grupos sociais possuem, assim como é depositária de uma missão concreta. De fato, ao contrário do que sucede na maioria dos outros contextos de desenvolvimento, a instituição escolar precisa definir explicitamente suas intenções educativas, isto é, estabelecer sua parcela de responsabilidade na tarefa de contribuir com o desenvolvimento e com a socialização das pessoas.

(COLL, César; MARTÍN, Elena. Aprender conteúdos e desenvolver capacidades. Porto Alegre: Artmed, 2004. Adaptado.)

Questão 05

De acordo com as ideias e informações apresentadas, pode-se afirmar que o tema sobre o qual o texto é desenvolvido está melhor representado na seguinte frase:

- a) A sociedade moderna e seu modo de enxergar a educação.
- b) O desenvolvimento social a partir da institucionalização da educação escolar.
- c) Os distúrbios encontrados na sociedade e possíveis diagnósticos e intervenções por meio da escola.
- d) A escola como instituição promotora de transformações, desenvolvimento e efetiva inclusão do indivíduo como ser social.

Questão 06

A partir do texto acima e considerando as regras gramaticais de pontuação, assinale a alternativa incorreta:

- a) No primeiro parágrafo, no trecho “a tarefa de fazer com que os novos membros façam parte do grupo social correspondente, desenvolvendo neles as capacidades próprias de sua cultura, é garantida mediante outro tipo de práticas sociais”, o uso das vírgulas teve por objetivo separar orações intercaladas. Inclusive, a terceira oração tem por referência a primeira, ou seja, complementa a ideia enunciada na primeira oração.
- b) No segundo parágrafo, no trecho “ – transmissão da cultura, construção da identidade nacional, reprodução da ordem social, formação da mão de obra de acordo com as exigências do mercado de trabalho etc. –”, o termo “etc” vem seguido por ponto exatamente porque está no final da oração, ou seja, o ponto final foi utilizado porque o período frásico está finalizado. Caso o termo estivesse escrito no meio da frase, não se usaria o ponto.
- c) O duplo travessão usado no segundo parágrafo do texto tinha por objetivo isolar conteúdo da frase que explicitava exatamente algumas das muitas outras funções que a instituição escolar desempenha.
- d) No último parágrafo, os parênteses foram usados para introduzir uma informação considerada acessória no texto, no caso em apreço, uma referência bibliográfica.

Questão 07

Marque o segmento do texto que não apresenta erro(s) de concordância verbal ou nominal:

- a) O “jeitinho brasileiro” é associado à cultura da corrupção. Tratam-se de abordagens improvisadas e informais de resolver situações problemáticas, muitas delas originadas da relutância dos brasileiros em se submeterem às leis.
- b) Os legisladores sabiam que urgia concluírem as deliberações antes do fim da sessão legislativa ordinária.
- c) Não por acaso que, durante a Assembleia Constituinte de 1987, se optaram por numerosos direitos individuais. Havia um certo senso comum de que governos sem limites constitucionais ferem de morte as condições de liberdade do cidadão.
- d) As normas constitucionais a que se aludem nessa decisão referem-se à liberdade de expressão.

Questão 08

Está correta a grafia de todas as palavras da frase: *(Texto adaptado de SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloísa M. Brasil: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015)*

- a) Embora nenhum dos panfletos sobreviventes faça referência ao fim da escravidão, há informações a cerca de um que, destruído, de acordo com o depoimento do capitão de granadeiros do 2º Regimento de linha, Antônio José de Mattos Ferreira e Lucena, trazia a promessa de “liberdade dos escravos”.
- b) Foi no século XVI que se inventou e disseminou um desejo de doçura. Não que inexistisse o consumo de frutas, ou mesmo do mel como recurso para adocicar os alimentos. Mas o gosto pelo doce, sua transformação em necessidade universal, só se dá num momento preciso da história do Ocidente.
- c) Tais documentos partiam, sobretudo, da Bahia e do Rio de Janeiro, e propunham a concientização da população, afirmando que ela não podia restar alijada do processo.
- d) Se muitos são os eventos, contextos políticos e culturais que assinalam esses mais de cinco séculos de existência nacional, alguns eventos assinalam a nossa difícil e tortuosa construção da cidadania. Assim, as lutas contra a ditadura ensinaram aos brasileiros que a democracia constitui um valor em si e precisa ser alcançado.

Questão 09

Assinale a alternativa que possui a grafia correta de todos os vocábulos, quanto às regras de acentuação:

- a) filantrôpo; inócuo; analgesia; próton
- b) indecência; intemperie; ambíguo; honradêz
- c) hipócrita; apanagió; encómio; ígneo
- d) ósculo; sectário; refém; recíproco

Questão 10

Marque a alternativa que contenha o vocábulo e o respectivo significado grafado de forma correta:

- a) caçar - revogar
- b) cocho – recipiente de madeira
- c) empoçar – dar posse
- d) expiar - observar

MATEMÁTICA

05 Questões

Questão 11

Considere um jogo com 52 cartas, divididas em 4 conjuntos iguais de 13 cartas, sendo um conjunto azul, um amarelo, um verde e um vermelho. Retirando uma carta ao acaso, qual a probabilidade de não ser uma carta verde?

- a) 25%
- b) 40%
- c) 60%
- d) 75%

Questão 12

Assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – Um produto que custa R\$780,00 é vendido com um prejuízo de 30% sobre o preço de venda. Assim, o preço de venda dessa mercadoria é de R\$600,00.

II – Comprei uma televisão por R\$4.000,00 e depois de um certo tempo a vendi com um prejuízo de 23%. Portanto, o prejuízo foi de R\$920,00.

III – Uma mesa, cujo preço de custo era R\$800,00, foi vendida por R\$980,00. Logo, o lucro sobre o preço de custo foi de 22,5%.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 13

Resolva a equação de primeiro grau a seguir e encontre o valor da incógnita:

$$\frac{4x}{3} - 2 = \frac{2x + 3}{3} - 1$$

- a) $x = 1$
- b) $x = 2$
- c) $x = 3$
- d) $x = 4$

Questão 14

A empresa X pegou um empréstimo com o banco Y no valor de R\$10.000,00. Sabe-se que a taxa negociada para esse empréstimo foi de 9% ao ano e que a empresa X pretende pagar o montante do empréstimo em 2 anos. Levando em consideração os juros compostos, assinale a assertiva que representa o valor correspondente aos juros do empréstimo que a empresa X pagará para o banco Y.

- a) R\$20.900,00.
- b) R\$1.881,00.
- c) R\$1.664,00.
- d) R\$2.682,00.

Questão 15

Ao decompor o número 1022 em fatores primos é possível encontrar quantos números primos distintos?

- a) 2
- b) 3
- c) 1
- d) 4

HISTÓRIA DO BRASIL

05 Questões

Questão 16

Em 1817, a Capitania de Pernambuco foi palco da Revolução de 1817. Sobre esse evento histórico, leia as assertivas abaixo:

I - A revolução pernambucana foi um movimento de caráter separatista e republicano que ocorreu no período colonial.

II – A revolução de 1817 superou a fase conspiratória, tendo os revolucionários tomando o poder da capitania e instalado um governo provisório.

III – D. João VI reprimiu violentamente a revolução e puniu os revolucionários.

IV – A revolta teve como uma das causas a transferência da corte portuguesa em 1808 para o Brasil, que gerou o aumento dos impostos, dentre outras insatisfações.

V – A revolução pernambucana contou com a participação de padres, a exemplo do Frei Caneca, motivo pelo qual ficou conhecida como a Revolução dos Padres.

Estão corretas as assertivas:

- a) I, II, III e V.
- b) I, III, IV e V.
- c) II, III e IV.
- d) I, II, III, IV e V.

Questão 17

Sobre a Constituição do Brasil de 1824, pode-se afirmar que uma das suas principais características foi a instituição do:

- a) Ministério Público.
- b) Supremo Tribunal Federal.
- c) Poder Moderador.
- d) Poder Imperador.

Questão 18

"Ao fim de uma madrugada e confusa, de 14 para 15 de novembro de 1889, vários grupos militares de oposição concentraram-se diante do Ministério do Exército do Rio de Janeiro (onde estava reunido o governo imperial) e seu protesto culminou com a proclamação da República pela mais importante figura militar do país, o marechal Deodoro da Fonseca." (100 Anos de República - Um retrato Ilustrado da História do Brasil. 1904-1918. vol.2. Ed. Abril. São Paulo, 1989)

O início da República no Brasil foi descrito, desde sua fundação, como uma "proclamação". No entanto, cada vez mais, os historiadores preferem o termo "golpe de Estado", pois:

- a) A república foi implantada por grupos apoiados por forças internacionais.
- b) Não houve participação popular e foi dirigido contra um governo constitucional.
- c) A intenção primeira era derrubar o gabinete do visconde Ouro Preto e não proclamar um novo regime.
- d) Foi realizada durante a madrugada e não à luz do dia.

Questão 19

Sobre as questões históricas relativas à Era Vargas, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I- A política trabalhista dominava a atenção de Getúlio Vargas já durante o Governo Provisório (1930-1934). De um lado, criou as leis de proteção ao trabalhador (jornada de trabalho de oito horas, regulação do trabalho da mulher e dos adolescentes, lei de férias, instituição da carteira de trabalho). De outro, reprimiu qualquer esforço de organização dos trabalhadores fora do controle do Estado (suprimiu o sindicalismo autônomo).

II- Após o insucesso da Revolta Comunista de 1935, houve um recrudescimento do autoritarismo político do governo (por exemplo, estabeleceu-se o estado de guerra sem que houvesse guerra formal declarada). Em 1937, o governo divulgou a existência de um falso plano comunista para assumir o poder no Brasil, o Plano Cohen, redigido por um oficial integralista do exército, Luís Carlos Prestes. Os integralistas tinham certeza de que comporiam um governo autoritário liderado por Getúlio. O plano serviu de pretexto para o golpe em 10 de novembro de 1937.

III- O discurso nacionalista de Vargas acompanhava uma busca pela consciência nacional, na qual as identidades regionais fossem parte de um conjunto mais amplo: a nacionalidade brasileira. Nesse aspecto, sobrelêva a importância do Ministério da Educação e Saúde, que sob a direção de Gustavo Capanema, criou o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) para proteger o conjunto de bens móveis e imóveis cuja conservação interessava a formação de uma identidade nacional.

IV- A implementação de órgãos de repressão e censura, como Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), durante o Estado Novo, buscava consolidar a ditadura varguista e promover eventos culturais que valorizassem figura de Vargas como legítimo representante dos interesses nacionais.

- a) Apenas os itens I e III estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Apenas os itens III e IV estão corretos.

Questão 20

Pode-se afirmar que o conceito de cidadania, emanado da Constituição Federal de 1988, abrange os direitos civis, políticos e sociais. Diante disso, assinale a alternativa correta quanto a referido tema.

- a) A pena de morte e a tortura são proibidos pela Constituição, exceto se executada pelo Tribunal Penal Internacional.

- b) A Constituição Federal de 1988 trouxe novos direitos políticos, consagrando o direito ao voto a partir dos 16 anos, assim como outorgando o direito de voto a analfabetos.
- c) O direito à livre manifestação confere ao cidadão a liberdade de expressar pensamentos e ideias, desde que não vulnere os axiomas professados pelo chefe do Poder Executivo.
- d) A Constituição Federal de 1988 reconhece o direito à vida, que só pode ser restringido em caso de aborto com o consentimento da gestante.

GEOGRAFIA

05 Questões

Questão 21

Sobre a cartografia e mapas, assinale a alternativa incorreta:

- a) As informações cartográficas constituem bases sobre as quais se podem tomar decisões e encontrar soluções para problemas socioeconômicos e técnicos, constituindo uma importante ferramenta para o planejamento e a gestão.
- b) O mapa descreve uma porção do espaço geográfico com suas características qualitativas e/ou quantitativas, ao passo que a escala formula a relação existente entre o mapa e o terreno.
- c) Segundo a definição adotada na reunião da Unesco em 1966, a Cartografia é a arte de conceber, levantar, redigir e divulgar os mapas.
- d) Qualquer ponto da superfície terrestre pode ser definido com relação ao sistema de referência fixas que se chamam coordenadas terrestres ou coordenadas geográficas, as quais compreendem: i) os paralelos, que são grandes círculos da esfera cujo plano contém o eixo de rotação, ou eixo dos polos; e ii) os meridianos, que são círculos da esfera cujo plano é perpendicular ao eixo dos polos.

Questão 22

Sobre a divisão regional oficial do Brasil, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

- I – A região Centro-Oeste é composta pelo Distrito Federal, Goiás, Tocantins e Mato Grosso do Sul.
- II – O estado do Maranhão integra a região Norte do Brasil.
- III – A região Nordeste é composta por 08 (oito) estados.

- a) Nenhum item está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 23

Utilizando a rosa dos ventos, uma pessoa descobriu que a cidade X está localizada à NE da cidade Y. Isso significa que, em relação à cidade X, a cidade Y está localizada a:

- a) Nordeste.
- b) Noroeste.
- c) Sudeste.
- d) Sudoeste.

Questão 24

Assinale a alternativa correta:

I- Os sistemas agrícolas extensivos ostentam baixa produtividade e estão associados a modelos mais tradicionais de produção, característico de regiões mais subdesenvolvidas do mundo.

II- O processo de modernização do sistema agrícola brasileiro é considerado conservador porque restringiu a capacidade produtiva do campo.

III- O agronegócio constitui o conjunto de atividades econômicas englobadas pelas indústrias de insumos, produção agrícola e transformação de matérias-primas na agroindústria, bem como as relações de comércio e serviços envolvidas nessa atividade. Desse modo, o agronegócio não se limita à agricultura e à pecuária.

IV- A fronteira agrícola brasileira atual avança em direção a uma região conhecida como “Mapitoba” ou “Matopiba”. O nome deriva do acrônimo formado pelas iniciais dos Estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. A principal lavoura cultivada na região é café e tabaco.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Somente os itens I e II estão corretos.
- c) Somente os itens II e IV estão corretos.
- d) Somente os itens I e III estão corretos.

Questão 25

Assinale a alternativa correta quanto à demografia brasileira:

- a) O índice demográfico que expressa a diferença entre a taxa de natalidade e a taxa de mortalidade é denominado população relativa.
- b) O Índice de Desenvolvimento Humano baseia-se nos parâmetros de saúde, educação e renda para avaliar o desenvolvimento de um país.
- c) A ação estatal que contribui para o aproveitamento do bônus demográfico é o estímulo à concessão de aposentadorias.
- d) As taxas de natalidade e mortalidade, historicamente, caíram na mesma proporção e de modo concomitante.

INFORMÁTICA BÁSICA

05 Questões

Questão 26

Qual tecla de atalho permite negritar um texto selecionado no LibreOffice?

- a) CTRL + N
- b) CTRL + B
- c) CTRL + T
- d) CTRL + L

Questão 27

São dispositivos de entrada de dados de informática:

- a) teclado e *mouse*.
- b) impressora e *mouse*.
- c) memória ROM e monitor.
- d) impressora e teclado.

Questão 28

Sobre os conceitos de utilização da Internet e correio eletrônico, analise:

I. A URL digitada na barra de Endereço é usada pelos navegadores da Web (Internet Explorer, Mozilla e Google Chrome) para localizar recursos e páginas da Internet (Exemplo: <http://www.concursosnobrasil.com.br>).

- II. Download significa descarregar ou baixar; é a transferência de dados de um servidor ou computador remoto para um computador local.
- III. Upload é a transferência de dados de um computador local para um servidor ou computador remoto.
- IV. Anexar um arquivo em mensagem de e-mail significa movê-lo definitivamente da máquina local, para envio a um destinatário, com endereço eletrônico.

Estão corretas apenas as afirmativas:

- a) I, II, III, IV
- b) I, II
- c) I, II, III
- d) I, III, IV

Questão 29

O Secretário da Promotoria de Justiça utiliza o Word 2019 como o programa de edição de textos. Com relação ao Microsoft Word, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

- a) Após constatar a equivocada redação de uma palavra, o usuário poderá se valer do atalho Ctrl + Y para desfazer a ação de digitação. Já para refazer uma ação desfeita, o usuário poderá pressionar Ctrl + Z.
- b) Ao constatar que digita reiteradamente as palavras “Ministério Público do Estado de Goiás”, o usuário poderá se valer de uma macro.
- c) Na edição do texto, o usuário poderá usar o comando “Pincel de Formatação” para destacar o texto, realçando-o com uma cor.
- d) Durante a redação de um texto, o usuário percebe que escreveu a palavra “Ministério” de forma equivocada por diversas vezes no corpo do texto. Para buscar todas as ocorrências e substituir pela palavra correta, o usuário poderá se valer do atalho Ctrl + M.

Questão 30

Assinale a alternativa correta quanto aos conceitos básicos sobre Correio Eletrônico.

- a) Nas mensagens, remetidas através de correio eletrônico, somente é permitido o envio de textos.
- b) É possível enviar o mesmo e-mail apenas para dois destinatários.
- c) Um mesmo contato de e-mail não pode ser informado tanto no campo CC quanto no campo CCo.
- d) Pode-se afirmar que o Outlook e o Mozilla Thunderbird, são softwares de e-mails.

LEGISLAÇÃO APLICADA AO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

20 Questões

Questão 31

De acordo com o que dispõe a Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta:

- a) São princípios institucionais do Ministério Público a unidade, a indivisibilidade e a independência funcional, sendo-lhe é assegurada autonomia funcional e administrativa, podendo, observado o disposto no art. 169, propor ao Poder Executivo a criação e extinção de seus cargos e serviços auxiliares, provendo-os por concurso público de provas ou de provas e títulos, a política remuneratória e os planos de carreira; a lei disporá sobre sua organização e funcionamento.
- b) O Ministério Público abrange: i) o Ministério Público da União, o qual é formado pelo Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho e Ministério Público do Distrito Federal e Territórios; ii) os Ministérios Públicos dos Estados.

- c) Os Procuradores-Gerais nos Estados e no Distrito Federal e Territórios poderão ser destituídos por deliberação da maioria absoluta do Poder Legislativo, na forma da lei complementar respectiva.
- d) São funções institucionais do Ministério Público, dentre outras: promover, privativamente, a ação penal privada, na forma da lei; zelar pelo efetivo respeito dos Poderes Públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia; promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos; promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos nesta Constituição; defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas etc.

Questão 32

De acordo com as disposições da Lei Complementar nº 25, de 06 de julho de 1998, assinale a alternativa incorreta:

- a) As Promotorias de Justiça são órgãos de administração do Ministério Público com pelo menos 1 (um) cargo de Promotor de Justiça e serviços auxiliares necessários ao desempenho das funções que lhes forem cometidas na forma desta Lei.
- b) As Promotorias de Justiça serão integradas por Promotores de Justiça encarregados de exercer as funções institucionais do Ministério Público e tomar as medidas judiciais e extrajudiciais necessárias à consecução do Plano Estratégico Institucional e seus desdobramentos.
- c) Compete às Promotorias de Justiça a elaboração dos Planos Operacionais de Atuação alinhados ao Plano Estratégico Institucional e ao Plano Geral de Atuação.
- d) Promotorias de Justiça apresentarão à Procuradoria Geral de Justiça os dados e informações relativos às atividades desenvolvidas para o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Estratégico Institucional e seus desdobramentos.

Questão 33

Considerando o que dispõe a Resolução nº 07/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do MPGO, marque a alternativa correta:

- a) O procedimento investigatório criminal será instaurado por portaria fundamentada, devidamente registrada no sistema eletrônico ATENA e autuada, com a indicação dos fatos a serem investigados e deverá conter, sempre que possível, o nome, o número de inscrição no cadastro de pessoas físicas ou jurídicas e demais dados de qualificação de seu autor, bem como a determinação das diligências iniciais, se houver.
- b) Constatada a necessidade de investigação de outros fatos durante a instrução do procedimento investigatório criminal, o membro do Ministério Público deverá aditar a portaria inicial.
- c) O prazo mínimo para resposta às requisições do Ministério Público será de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento, salvo hipótese justificada de relevância e urgência e em casos de complementação de informações. Ressalvadas as hipóteses de urgência, as notificações para comparecimento serão efetivadas com antecedência mínima de 24 horas, respeitadas, em qualquer caso, as prerrogativas legais pertinentes.
- d) A notificação deverá mencionar o fato investigado, inclusive se decretado o sigilo, e a faculdade do notificado de se fazer acompanhar por defensor.

Questão 34

A respeito da notícia de fato, regulamentada na Resolução nº 09/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do MPGO, marque a alternativa incorreta:

- a) Quando o fato noticiado for objeto de autos judiciais ou extrajudiciais, em curso ou arquivados, a notícia de fato será distribuída por prevenção.

- b) A notícia de fato será apreciada no prazo de 30 (trinta) dias, a contar do seu recebimento pelo órgão de execução, prorrogável uma vez, fundamentadamente, por até 90 (noventa) dias.
- c) O vencimento da prorrogação do prazo terá como base a data do recebimento da notícia de fato pelo órgão de execução, independentemente do dia em que foi proferido o correspondente despacho.
- d) O membro do Ministério Público, verificando que o fato requer apuração ou acompanhamento, ou vencido o prazo do caput do art. 4º, arquivará o procedimento.

Questão 35

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I - A Procuradoria Geral de Justiça, órgão de direção superior do Ministério Público, funcionará em sede própria e será chefiada pelo Procurador-Geral de Justiça, nomeado pelo Governador do Estado dentre os integrantes vitalícios e em atividade na carreira, indicados em lista tríplice, elaborada na forma desta Lei, para mandato de 2 (dois) anos, permitida uma recondução, observado o mesmo procedimento.

II - O Colégio de Procuradores de Justiça, órgão de administração superior do Ministério Público, é presidido pelo Procurador-Geral de Justiça e integrado pelos 10 (dez) Procuradores de Justiça mais antigos na carreira.

III - O Conselho Superior do Ministério Público é órgão da administração superior do Ministério Público, incumbindo-lhe velar pela observância de seus princípios institucionais.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 36

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I – A Corregedoria Geral do Ministério Público é o órgão da administração superior encarregado de orientar e fiscalizar as atividades funcionais e a conduta dos membros do Ministério Público, bem como de fiscalizar e avaliar os resultados das metas institucionais e atividades dos demais órgãos da administração e dos órgãos auxiliares da atividade funcional.

II – O Corregedor-Geral e o Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público serão nomeados por ato do Procurador-Geral de Justiça e tomarão posse em sessão solene do Colégio de Procuradores de Justiça, a realizar-se no dia em que se encerrar o mandato de seu antecessor.

III - Podem concorrer ao cargo de Corregedor-Geral do Ministério Público os Procuradores de Justiça em exercício, que se inscrevam no último decênio do mês de novembro, junto à Comissão Eleitoral, escolhida pelo Colégio de Procuradores de Justiça até o último dia útil do mês de outubro.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 37

De acordo com a Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I - As Procuradorias de Justiça são classificadas em Procuradorias de Justiça Criminais, Procuradorias de Justiça Cíveis e Procuradorias de Justiça Especializadas.

II – A divisão interna dos serviços das Procuradorias de Justiça sujeitar-se-á a critérios definidos pelo Colégio de Procuradores de Justiça, que visem à distribuição equitativa dos processos por sorteio, observadas, para esse efeito, as regras de proporcionalidade, especialmente a alternância fixada em

função da natureza, volume e espécie dos feitos, ressalvada a possibilidade de cada Procuradoria de Justiça definir, por consenso de seus membros, critérios próprios de distribuição.

III - Qualquer membro do Colégio de Procuradores de Justiça poderá propor alteração na organização das Procuradorias de Justiça.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e III estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

Questão 38

Sobre as atribuições dos Promotores de Justiça previstas no art. 58 da Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, assinale a opção correta acerca das seguintes assertivas:

I - Compete aos Promotores de Justiça impetrar habeas corpus, mandado de segurança e requerer correição parcial, inclusive perante o Tribunal de Justiça.

II - Compete aos Promotores de Justiça atender a qualquer do povo, tomando as providências cabíveis, cientificando o interessado das medidas efetivadas.

III - Compete aos Promotores de Justiça officiar perante a Justiça Eleitoral de primeira instância, com as atribuições previstas na Lei Orgânica do Ministério Público da União e outras estabelecidas na legislação eleitoral e partidária.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens II e III estão corretos.
- d) Os itens I, II e III estão corretos.

A Resolução 9, de 27 de agosto de 2018, do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público do Estado de Goiás, disciplina a tramitação dos autos extrajudiciais no âmbito do Ministério Público do Estado de Goiás na área dos interesses ou direitos difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, o compromisso de ajustamento de conduta e a recomendação.

A partir dos seus conhecimentos acerca da aludida normativa, responda às questões 39, 40, 41 e 42.

Questão 39

Notícia de fato é qualquer demanda submetida à apreciação dos membros do Ministério Público, conforme as atribuições das respectivas áreas de atuação, podendo ser formulada presencialmente ou não, entendendo-se como tal aquela obtida com a realização de atendimentos, o recebimento de notícias, documentos, representações ou requerimentos dirigidos à atividade-fim do Ministério Público.

São hipóteses de arquivamento de notícia de fato, exceto:

- a) Quando o fato narrado já tiver sido objeto de investigação ou de ação judicial ou já se encontrar solucionado.
- b) Na hipótese de a lesão ao bem jurídico tutelado for manifestamente insignificante, nos termos de jurisprudência consolidada ou orientação do Conselho Superior do Ministério Público.
- c) Quando for desprovida de elementos de prova ou de informação mínimos para o início de uma apuração e o noticiante não atender à intimação para complementá-la.
- d) No caso de o fato narrado não configurar lesão ou ameaça de lesão aos interesses ou direitos tutelados pelo Ministério Público ou for incompreensível.

Questão 40

O inquérito civil, de natureza unilateral e facultativa, é procedimento investigatório e será instaurado para apurar fato que possa autorizar a defesa dos interesses ou direitos difusos, coletivos e individuais

homogêneos, nos termos da legislação aplicável, servindo para o exercício das atribuições inerentes às funções institucionais do Ministério Público.

Acerca desse procedimento investigatório, podemos afirmar:

I - O inquérito civil não é condição de procedibilidade para o ajuizamento das ações de titularidade do Ministério Público, nem para a realização das demais medidas de sua atribuição própria.

II - Durante a tramitação da investigação, o interessado poderá arguir o impedimento ou a suspeição do presidente do inquérito civil, sendo certo que, para esse fim, considera-se interessado aquele em face de quem pode ser proposta a ação civil pública, quem requereu a investigação ou a pessoa jurídica a quem esteja vinculado o investigado.

III - As requisições ou notificações destinadas a instruir inquérito civil que tiverem como destinatários o Presidente da República, o Vice-Presidente da República, Governador do Estado, Senador, Deputado Federal, Estadual e Distrital, Ministro de Estado, Ministro de Tribunais Superiores, Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, Conselheiro dos Tribunais de Contas, Desembargador e chefe de missão diplomática de caráter permanente serão encaminhadas no prazo de 10 (dez) dias pelo Procurador-Geral de Justiça, não cabendo a este valoração do contido no expediente, podendo deixar de remetê-las quando não forem atendidos os requisitos legais ou não empregado o tratamento protocolar devido ao destinatário, caso em que será o presidente da investigação comunicado para a necessária retificação.

IV - O defensor constituído nos autos poderá assistir o investigado no curso da apuração e em sua oitiva, sob pena de nulidade absoluta, em caso de negativa de acesso, de todos os atos subsequentes, podendo, inclusive, no curso da investigação, apresentar razões e quesitos, além do que, antes de iniciar o interrogatório, deverá ser oportunizada ao investigado a entrevista pessoal e reservada com seu advogado.

- a) Apenas uma alternativa está correta.
- b) Apenas uma alternativa está incorreta.
- c) Todas as alternativas estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão incorretas.

Questão 41

O procedimento administrativo é o instrumento próprio da atividade-fim destinado a acompanhar o cumprimento das cláusulas de termo de ajustamento de conduta celebrado; acompanhar e fiscalizar, de forma continuada, políticas públicas ou instituições; apurar fato que enseje a tutela de interesses individuais indisponíveis; acompanhar o cumprimento das cláusulas do acordo de não persecução civil.

Acerca desse procedimento investigatório, podemos afirmar:

I - O procedimento administrativo não poderá ter caráter de investigação cível ou criminal de determinada pessoa, em função de um ilícito específico, sendo certo que será instaurado por portaria sucinta, que conterá a delimitação de seu objeto.

II - Se no curso do procedimento administrativo surgirem fatos que demandem a apuração de infração penal ou que se destine à tutela de interesses ou direitos difusos, coletivos ou individuais homogêneos, deverá o membro do Ministério Público instaurar o procedimento de investigação pertinente ou encaminhar a notícia do fato e os elementos de informação a quem tiver atribuição para tanto.

III - O procedimento administrativo deverá ser concluído no prazo de 1 (um) ano, prorrogável pelo mesmo prazo e quantas vezes forem necessárias, por decisão fundamentada de seu presidente, à vista da imprescindibilidade da realização de outros atos, sendo certo que o vencimento das prorrogações de prazo terá como base a data em que proferido o correspondente despacho.

IV - Cessados os motivos que ensejaram a necessidade do acompanhamento ou solucionada extrajudicialmente a questão referente ao direito individual indisponível, o procedimento administrativo será arquivado, mediante decisão fundamentada, que deverá ser inserida no sistema eletrônico ATENA.

- a) Apenas uma alternativa está correta.
- b) Apenas uma alternativa está incorreta.

- c) Todas as alternativas estão corretas.
- d) Todas as alternativas estão incorretas.

Questão 42

O compromisso de ajustamento de conduta é instrumento de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração.

Sobre aludido instrumento, assinale a alternativa incorreta:

- a) É vedado ao órgão do Ministério Público fazer concessões que impliquem renúncia aos direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, cingindo-se a negociação à interpretação do direito para o caso concreto, à especificação das obrigações adequadas e necessárias, em especial o modo, tempo e lugar de cumprimento, bem como à mitigação, à compensação e à indenização dos danos que não puderem ser recuperados.
- b) A celebração do compromisso de ajustamento de conduta afasta a responsabilidade administrativa pelo mesmo fato.
- c) Celebrado ajustamento de conduta que englobe integralmente o objeto do procedimento investigatório, deverá o membro do Ministério Público efetivar a correspondente promoção de arquivamento, submetendo-a à apreciação do Conselho Superior do Ministério Público, no prazo de três dias, contado da efetiva cientificação do compromissário e do noticiante, se o caso.
- d) O compromisso de ajustamento de conduta deverá prever multa diária ou outras espécies de cominação para o caso de descumprimento das obrigações nos prazos assumidos, admitindo-se, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, a previsão de que tal cominação seja fixada judicialmente, se necessária à execução do compromisso.

Questão 43

Acerca das disposições normativas da Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, sobre o processo de escolha, nomeação e posse do Procurador-Geral de Justiça, assinale a alternativa correta.

- a) O Colégio de Procuradores de Justiça baixará normas regulamentadoras do processo eleitoral 60 (sessenta) dias antes da data prevista para a eleição.
- b) A Comissão Eleitoral compor-se-á de 5 (cinco) membros escolhidos pelo Colégio de Procuradores de Justiça, excluídos os que estiverem concorrendo à eleição, e será presidida pelo membro mais antigo no cargo de Procurador de Justiça, competindo-lhe a direção do processo eleitoral desde a inscrição dos candidatos até a apuração dos sufrágios e proclamação do resultado.
- c) Serão considerados incluídos na lista tríplice os 3 (três) candidatos mais votados, e, em caso de empate, será incluído o mais antigo na carreira, o de maior tempo de serviço público prestado no Ministério Público do Estado de Goiás e, por fim, o mais idoso, sucessivamente.
- d) Encerrada a votação, a Comissão Eleitoral procederá à apuração dos sufrágios e resolverá os dissídios ocorrentes, dissolvendo-se após a elaboração da ata da eleição e a remessa, logo após o encerramento da apuração, da lista tríplice ao Procurador-Geral de Justiça.

Questão 44

Acerca das disposições normativas da Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, assinale a alternativa incorreta.

- a) A organização dos serviços da Corregedoria Geral do Ministério Público será estabelecida em regimento interno elaborado pelo Corregedor-Geral e aprovado pelo Colégio de Procuradores de Justiça.

- b) O Corregedor-Geral Substituto poderá ser destituído pelo Conselho Superior do Ministério Público, por provocação do Procurador-Geral de Justiça, do Corregedor-Geral do Ministério Público ou de um terço dos integrantes do Colégio de Procuradores de Justiça.
- c) As Procuradorias de Justiça são classificadas em Procuradorias de Justiça Criminais, Procuradorias de Justiça Cíveis e Procuradorias de Justiça Especializadas.
- d) Cabe ao Colégio de Procuradores de Justiça rever, mediante requerimento de legítimo interessado, decisão do Procurador-Geral de Justiça, nos casos de sua atribuição originária, acerca de arquivamento de inquérito policial ou de peças de informação.

Questão 45

Acerca das disposições normativas da Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, assinale a alternativa incorreta.

- a) Dentre as hipóteses previstas de dispensa do estagiário, o estagiário será dispensado caso deixe de comparecer às suas atividades por 10 (dez) dias consecutivos ou 15 (quinze) dias intercalados, durante o ano civil.
- b) Cabe ao Conselho Superior do Ministério Público rever o arquivamento do inquérito civil, na forma da lei.
- c) Quando no curso da investigação houver indício da prática de infração penal por parte de membro do Ministério Público, a autoridade policial, civil ou militar, remeterá imediatamente, sob pena de responsabilidade, os respectivos autos ao Procurador-Geral de Justiça, a quem competirá dar prosseguimento à apuração.
- d) O membro do Ministério Público promovido ou removido entrará em exercício no prazo de 15 (quinze) dias, prorrogável por igual período.

Questão 46

Acerca das disposições normativas da Lei Complementar Estadual nº 25, de 06 de julho de 1998, assinale a alternativa incorreta.

- a) O Colégio de Procuradores de Justiça regulamentará os critérios objetivos a serem adotados nas promoções ou remoções por merecimento, estabelecendo os parâmetros prévios de avaliação e valoração, como garantia da transparência, impessoalidade, moralidade e objetividade no processo de apuração do merecimento.
- b) Entre as diversas atribuições do Conselho Superior do Ministério Público, compete a esse órgão decidir sobre a vitaliciedade de membros do Ministério Público.
- c) Entre as diversas atribuições do Colégio de Procuradores de Justiça, compete a esse órgão aprovar o Plano Estratégico Institucional e os Planos Gerais de Atuação, nos termos regimentais.
- d) Compete ao Procurador-Geral de Justiça editar atos de aposentadoria, exoneração e outros que importem em vacância de cargos da carreira ou dos serviços auxiliares e atos de disponibilidade de membros do Ministério Público e de seus servidores.

Questão 47

Assinale a alternativa correta quanto ao Programa de Aperfeiçoamento Profissional dos servidores, nos termos das disposições contidas na Lei Estadual de Goiás de nº 14.810/04.

- a) Fica estabelecida a obrigatoriedade do treinamento introdutório para os servidores aprovados em concurso público, ministrado imediatamente após a posse no cargo, bem como o treinamento específico de gerência, facultativo para os ocupantes de cargo de confiança e de chefia.
- b) Os servidores efetivos do Ministério Público do Estado de Goiás em virtude da conclusão de curso oficial de Graduação, pós-graduação lato sensu ou stricto sensu, terão direito a uma gratificação de incentivo funcional (GIF), limitada a 25% (vinte e cinco por cento).

- c) O Programa será de responsabilidade do Conselho Superior do Ministério Público, em conformidade com o disposto no Art. 65, da Lei Complementar nº 25, de 06 de julho de 1998, juntamente com a Seção de Treinamento.
- d) Não há necessidade de se implementar o sistema de avaliação do servidor treinado, no ambiente de trabalho, e aplicação dos conhecimentos adquiridos.

Questão 48

De acordo com a Lei Estadual de Goiás de nº 14.810/04, assinale a alternativa incorreta:

- a) É garantida a liberação de servidor do Quadro de Serviços Auxiliares do Ministério Público para exercício de mandato eletivo em diretoria de entidade sindical representativa dos mesmos, sem prejuízo da remuneração e dos demais direitos do seu cargo.
- b) O servidor poderá ter abonadas até 5 (cinco) faltas por semestre do ano civil, mediante autorização da chefia imediata, não se aplicando qualquer outro abono previsto no Estatuto dos Funcionários Públicos Civis do Estado de Goiás.
- c) São permitidas a promoção e a progressão funcional durante o estágio probatório, findo o qual será concedida ao servidor aprovado a progressão funcional para a referência 02 da classe “A” da respectiva carreira.
- d) Os cargos dividem-se em classes hierárquicas que permitem o crescimento funcional do servidor.

Questão 49

As alternativas abaixo relacionam-se ao concurso público, previsto na Lei Estadual de Goiás de nº 20.756/2020. Marque a alternativa incorreta concernente ao tema.

- a) A convocação do candidato aprovado em concurso público será efetivada mediante publicação do ato no Diário Oficial do Estado e sítio eletrônico oficial do Órgão Central de Gestão de Pessoal.
- b) Ao candidato matriculado em curso de formação profissional previsto como etapa de concurso público para provimento de cargo efetivo no respectivo edital é atribuída uma bolsa de estudo mensal em valor correspondente a 60% (sessenta por cento) do vencimento ou subsídio do cargo a que concorrer.
- c) É assegurado ao candidato, mediante requerimento realizado antes da nomeação ou convocação, o direito de ser reclassificado para o final da lista de aprovados do concurso, em qualquer hipótese.
- d) O concurso público terá validade de até dois anos, podendo ser prorrogado, dentro desse prazo, uma única vez, por igual período, a critério da Administração.

Questão 50

Julgue as assertivas abaixo, que cuidam da posse e exercício do servidor público, previstas na Lei Estadual de Goiás de nº 20.756/2020.

I - O servidor não pode entrar em exercício se receber proventos de aposentadoria inacumuláveis com a remuneração ou subsídio do cargo efetivo, sem comprovar a opção por uma das formas de pagamento.

II - Compete ao titular da unidade administrativa onde for lotado o servidor dar-lhe exercício.

III - A posse em cargo público dependerá de póstuma inspeção pela Junta Médica Oficial do Estado em que sejam atestadas as aptidões física e mental do nomeado para o exercício do cargo.

Assinale a alternativa que corresponda aos julgamentos das assertivas:

- a) I e II estão corretas.
- b) II e III estão incorretas.
- c) II e III estão corretas.
- d) I e III estão corretas.

PROVA DISCURSIVA

02 Questões

Nos termos do Edital, cada questão da prova discursiva deverá ser respondida com extensão mínima de 5 (cinco) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas.

Questão 01

De acordo com a Resolução nº 07/2018 do Colégio de Procuradores de Justiça do Ministério Público de Goiás, a notícia de fato de natureza criminal é qualquer demanda extrajudicial contendo a narrativa de conduta configuradora de infração penal, ao menos em tese, submetida à apreciação dos membros do Ministério Público, nos limites de suas respectivas atribuições criminais.

Sobre o tema, discorra sobre:

- O prazo para apreciação e a possibilidade de prorrogação da notícia de fato de natureza criminal;
- O procedimento para interposição de recurso da notícia de fato de natureza criminal arquivada no próprio órgão ministerial.

Questão 02

A 2ª Promotoria de Justiça de Padre Bernardo instaurou, de ofício, Procedimento Administrativo para acompanhar a implementação do Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora pelo município de Padre Bernardo, que nada mais é que uma política pública que promove o acolhimento temporário de crianças e de adolescentes em residências de famílias selecionadas, capacitadas e acompanhadas por equipe técnica, acolhimento esse que, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente, deve ser priorizado frente o acolhimento institucional.

Partindo do pressuposto de que, após a provocação do Ministério Público como impulsionador de políticas públicas, o aludido serviço foi implementado pelo município e está em pleno funcionamento, explicita que providências devem ser adotadas quando do arquivamento deste procedimento administrativo, elucidando os seguintes pontos:

- Se o procedimento será arquivado na própria Promotoria de Justiça ou se o procedimento será remetido ao Conselho Superior para homologação da promoção de arquivamento;
- Se haverá a cientificação dos interessados e, havendo, como essa providência deverá ser realizada.

REDAÇÃO

Nos termos do Edital, o texto da redação deverá ter extensão mínima de 15 (quinze) linhas e máxima de 30 (trinta) linhas.

A partir da leitura do texto abaixo, elabore uma redação sobre a violência doméstica e familiar contra a mulher, destacando a importância da atuação, acolhimento e adoção de instrumentos próprios por parte das instituições públicas e privadas no combate e enfrentamento à violência contra a mulher.

No Brasil, uma mulher é vítima de violência a cada quatro horas São Paulo e Rio de Janeiro concentram quase 60% do total de casos

O boletim *Elas vivem: dados que não se calam*, lançado nesta segunda-feira (06) pela Rede de Observatórios da Segurança, registrou 2.423 casos de violência contra a mulher em 2022, 495 deles feminicídios.

São Paulo e Rio de Janeiro têm os números mais preocupantes, concentrando quase 60% do total de casos. Essa foi a terceira edição da pesquisa feita em sete estados: Bahia, Ceará, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Maranhão e Piauí, os dois últimos monitorados pela primeira vez.

Os dados são produzidos a partir de monitoramento diário do que circula nos meios de comunicação e nas redes sociais sobre violência e segurança. As informações coletadas alimentam um banco de dados que posteriormente é revisado e consolidado pela rede.

O estado de São Paulo registrou 898 casos de violência, sendo um a cada 10 horas, enquanto o Rio de Janeiro teve uma alta de 45% de casos, com uma mulher vítima de violência a cada 17 horas. Além disso, os casos de violência sexual praticamente dobraram, passando de 39 para 75 no Rio de Janeiro.

A Bahia mostrou aumento de 58% de casos de violência, com ao menos um por dia, e lidera o feminicídio no Nordeste, com 91 ocorrências. O Maranhão é o segundo da região em casos de agressões e tentativas de feminicídio. Já Pernambuco lidera em violência contra a mulher e o Ceará deixou de liderar nos números de transfeminicídio, mas teve alta nos casos de violência sexual. O Piauí registrou 48 casos de feminicídio.

A maior parte dos registros nos estados que fazem parte do monitoramento tem como autor da violência companheiros e ex-companheiros das vítimas. São eles os responsáveis por 75% dos casos de feminicídio, tendo como principais motivações brigas e término de relacionamento.

Políticas públicas

O relatório destaca que, com os dados da Rede de Observatórios da Segurança, os governos podem criar políticas públicas para evitar violência e preservar vidas.

Em entrevista à Agência Brasil, a coordenadora da Rede em Pernambuco, Edna Jatobá, porta-voz da organização, vê como hipóteses para o crescimento da violência contra a mulher no Rio de Janeiro, o aumento da circulação e facilidade de aquisição de armas, o aprofundamento da crise econômica e social pós-pandemia, que propiciaram o aumento da violência doméstica.

"O estado do RJ não tem conseguido dar proteção às mulheres e suas famílias, ameaçadas de morte, e fazer uma investigação exaustiva para a identificação dos autores e suas motivações acaba por estimular novas ações violentas". Ela cita ainda a falta e o desmantelamento das redes de acolhimento como causa da reiteração desta violência. "O crescimento se dá como um todo, com casos de grande repercussão nacional, tais como o caso do estupro de uma parturiente por parte de um anestesista e os casos de violência política, e que, assim sendo, não há como determinar uma causa específica."

Sobre a disseminação e o crescimento dos ataques às mulheres por meio digital, Edna Jatobá afirma que "isso sempre impactou o aumento da violência cotidiana contra as mulheres, pela liberdade de ideias retrógradas contaminarem um maior número de pessoas". Destaca ainda que se faz necessário o controle da disponibilidade de informação, principalmente quanto à disseminação de preconceito e naturalização

da violência contra a mulher, que se tornaram os principais pilares para o crescimento dos ataques e da violência a cada ano.

"Queremos que a internet não seja uma terra sem lei, principalmente com relação à proteção das mulheres, houveram muitas conquistas relativas à importunação e à perseguição, mas que ainda existe muito trabalho a ser feito e muita violência a ser coibida no meio digital."

Com relação ao projeto de lei que tramita no Senado, que prevê criminalizar a misoginia, igualando a postura ao racismo, à homofobia e à transfobia, a pesquisadora diz que, além disso, "se faz necessário o fortalecimento das lutas que já existem e que não são totalmente aplicadas".

Edna Jatobá propõe o fortalecimento do sistema de justiça já existente, atuando com ações de prevenção e proteção às mulheres vítimas de violência. "Não me coloco contra a criação desta lei, mas o foco tem que ser a vítima, que tem que ser protegida, e não somente a punição do agressor", ressalta a pesquisadora.

Publicado em 07/03/2023 - 12:36 Por Francisco Eduardo Ferreira* - Estagiário da Agência Brasil - Rio de Janeiro. Acesso em 19/08/2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/no-brasil-uma-mulher-e-vitima-de-violencia-cada-quatro-horas>.